

# **LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE**

**Prefeitura Municipal de Vargem-SP  
Agosto 2024**

Local: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Endereço: RUA GERALDINO DE OLIVIERA, 236 – CENTRO – VARGEM / SP

## Sumário

<b>Laudo Técnico de Vistoria - Acessibilidade</b> .....	<b>3</b>
1. Identificação e Localização .....	3
2. Objetivo .....	4
3. Metodologia Utilizada.....	4
4. Abreviaturas.....	5
5. Caracterização da Edificação.....	5
6. Análise Geral.....	6
6.1 Estacionamento.....	7
6.1.1 Principais Requisitos – Estacionamento.....	8
6.1.2 Parecer Geral – Estacionamento.....	13
6.1.3 Adequações a Serem Realizadas – Estacionamento.....	13
6.2 Rampa.....	14
6.2.1 Principais Requisitos – Rampa.....	16
6.2.2 Parecer Geral – Rampa.....	17
6.2.3 Adequações a Serem Realizadas – Rampa.....	17
6.3 Acesso e Circulação.....	17
6.3.1 Principais Requisitos – Acesso e Circulação.....	18
6.3.2 Parecer Geral – Acesso e Circulação.....	19
6.3.3 Adequações a Serem Realizadas – Acesso e Circulação.....	19
6.4 Sanitário P.C.R.....	21
6.4.1 Principais Requisitos – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.2 Parecer Geral – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.3 Adequações a Serem Realizadas – Sanitário P.C.R.....	23
6.5 Mobiliário Urbano.....	25
7. Considerações Finais.....	25
8. Encerramento.....	26

# Laudo Técnico de Vistoria – Acessibilidade

## 1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

1.1 Interessado: Município de Vargem–SP

1.2 CNPJ: 67.160.507/0001-83

1.3 Imóvel objeto da Vistoria: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM Á RUA GERALDINO DE OLIVEIRA, 236 – CENTRO – VARGEM – SP

**FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM**



FONTE: GOOGLE EARTH

## **2. OBJETIVO:**

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação à acessibilidade das instalações da Sede da Prefeitura Municipal de Vargem, atestando as condições favoráveis e/ou apontando não conformidade, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das não conformidades.

## **3. METODOLOGIA UTILIZADA:**

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias in loco, observando as questões relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamento;
- Rampa;
- Acesso e Circulação;
- Sanitário P.C.R.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual:

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.

- Lei Federal 13.146 de 06/07/2021; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2021, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Resolução 973 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 9050/2021 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

#### **4. ABREVIATURAS:**

- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;
- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso;
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno ocupado pela edificação que abriga a Sede da Prefeitura Municipal de Vargem, faz frente para a Rua Geraldino de Oliveira, esquina com a Rua Francisco Valentin e fundos com a Rua Santo Antônio. A edificação ocupada possui único pavimento, situado a aproximadamente 2,50 (m), acima do nível acima da rua. O acesso principal ao imóvel, e que serve ao público em geral, é pela frente, na Rua Geraldino de Oliveira, por meio de escada e rampa, acessados a partir do passeio público. Observamos também nesta via, e a partir do passeio público, o acesso ao estacionamento para funcionários. Na Rua Francisco Valentin temos o acesso ao estacionamento de veículos oficiais. Os acessos a ambos estacionamentos de funcionários e veículos oficiais, são controlados.

De frente a Rua Geraldino de Oliveira, a partir da via pública, temos o acesso ao estacionamento para o público em geral, em nível aproximado ao da rua, distribuído em vagas paralelas em 45º, defronte a testada principal do imóvel em questão.

A partir do acesso ao público em geral, acessamos o imóvel onde é realizado o atendimento ao público, referente aos serviços públicos do expediente da Prefeitura. A formatação do imóvel é bem simples, na frente temos a recepção, a partir dela um corredor central, com largura apropriada ao fluxo de pessoas que utilizam o imóvel, a partir deste as portas de acessos as salas que abrigam os setores da Prefeitura Municipal, bem como, banheiro PNE para uso do público.



**FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL**

## **6. ANÁLISE GERAL:**

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos a acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação objeto da análise, posteriormente serão descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as desconformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para a execução das adequações.

### **6.1 ESTACIONAMENTO:**

Possui três estacionamentos, sendo o primeiro de frente a via pública para uso público, com acesso livre; o segundo no interior do imóvel para uso de funcionários, com acesso controlado; e o terceiro no interior do imóvel para uso de veículos oficiais, também com acesso controlado.



O primeiro estacionamento (público), possui 17 vagas, sendo 2 vagas especiais (1 PNE e 1 idoso). O segundo estacionamento (funcionários), possui 7 vagas, sendo 1 vaga especial (para PNE). O terceiro estacionamento (veículos oficiais), não possui demarcação de vagas e vagas especiais, uma vez que o uso é exclusivo dos veículos oficiais da Prefeitura, dessa maneira não fará parte desta análise

**FOTO 2 – ESTACIONAMENTO EXISTENTE**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA



**FOTO 3 – ESTACIONAMENTO PARA USO FUNCIONÁRIOS, ACESSO PELA RUA GERALDINO DE OLIVEIRA**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 4 – ESTACIONAMENTO EXISTENTE - USO EXCLUSIVO DA PREFEITURA PELA RUA FRANCISCO VALENTIM**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 5 – SINALIZAÇÃO VERTICAL EM DESCONFORMIDADE AO PADRÃO E A ALTURA NO ESTACIONAMENTO PARA USO FUNCIONÁRIOS**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 6 – DEMARCAÇÃO HORIZONTAL DAS VAGAS ESPECIAIS CONFLITANTES NO ESTACIONAMENTO PARA USO PÚBLICO**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA



**FOTO 7 – SINALIZAÇÃO DA VAGA PNE CONFLITANTE E DETERIORADA EM ESTACIONAMENTO**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

#### **6.1.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ESTACIONAMENTO.**

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

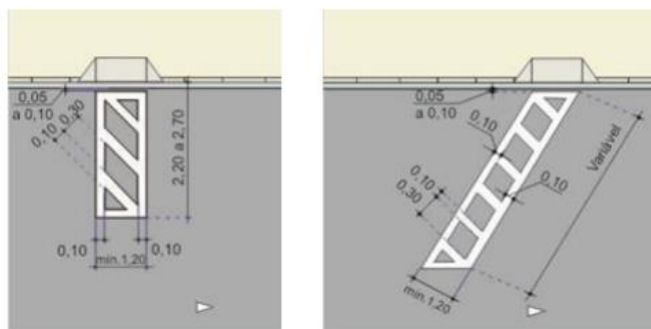
Exigências em relação a sinalização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse.
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA;
- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 2;

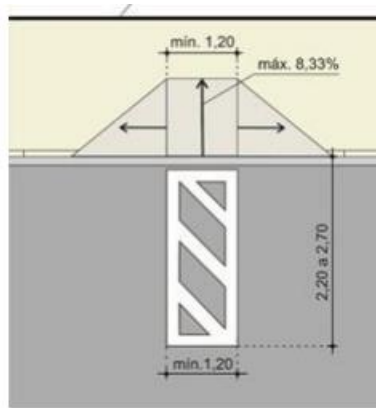
**Figura 2 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8.33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 3 apresenta um rebaixamento padrão.

**FIGURA 3 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO**

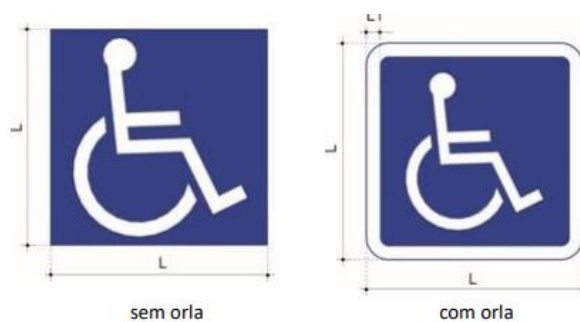


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

**FIGURA 4 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga, quando perpendicular, deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 5:

**FIGURA 5 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 6, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 7.

**FIGURA 6 E 7 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.**



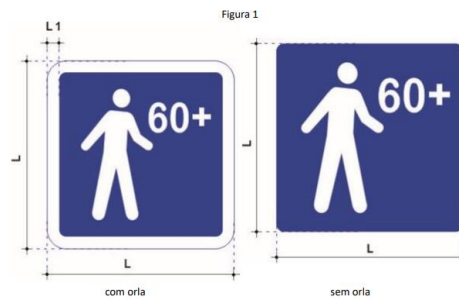
FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial Idoso:



- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 8.

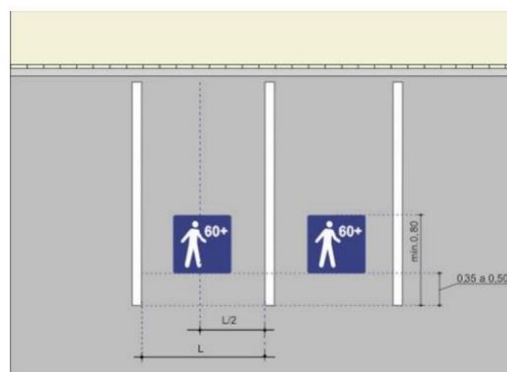
**FIGURA 8 – SÍMBOLO “IDOSO”**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga destinada ao idoso, quando perpendicular, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 9.

**FIGURA 9 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

#### Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 10, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 11.

**FIGURA 10 E 11 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

#### 6.1.2 PARECER GERAL – ESTACIONAMENTO:

O estacionamento atende ao requisito quanto ao número mínimo de vagas especiais, bem como, quanto a localização das vagas especiais. Entretanto, devem ser realizados ajustes e benfeitorias conforme item 6.1.3.

#### 6.1.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ESTACIONAMENTO:

- O estacionamento para funcionários não prevê a reserva de 1 vaga especial para idosos.
- A sinalização vertical da vaga PNE no estacionamento para funcionários está fora do padrão (ver figura 2), e abaixo da altura exigida pela NBR.

- A demarcação horizontal das vagas especiais no estacionamento público é conflitante, assim como sinalização vertical; a faixa de circulação anexa a vaga PNE não garante acesso a rota acessível. E a sinalização vertical encontra-se deteriorada.
- Executar a sinalização tátil de alerta nos passeios públicos em ambos os lados da travessia, conforme item 6.12.7.2, e figura 92, e item 5.4.6.3 da NBR9050/2021.

## **6.2 RAMPA:**

São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos.

O acesso principal ao empreendimento se dá através de desnível e irregularidade da calçada.

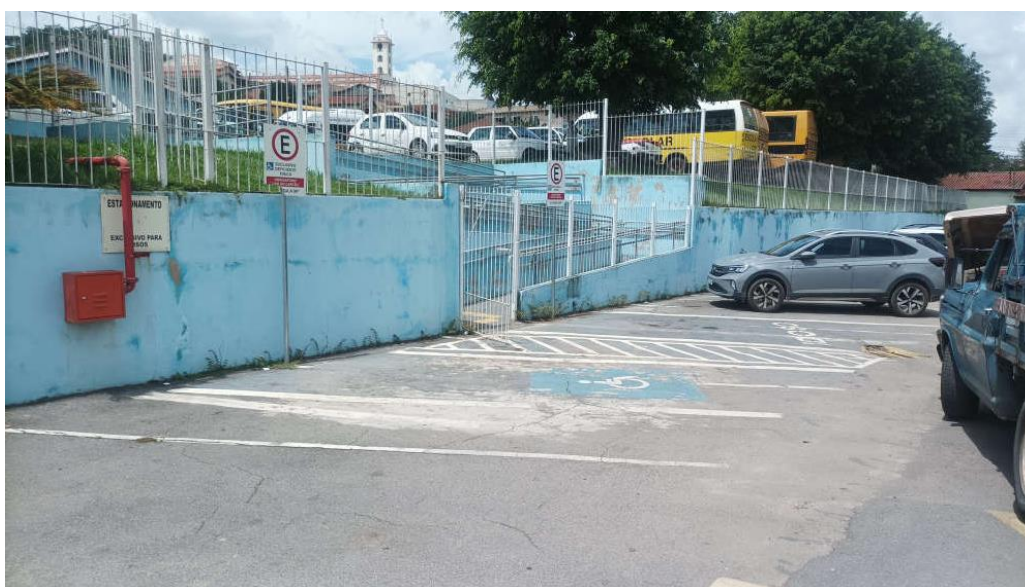
Esta irregularidade se mantém na área interna, até a chegada a rampa de acesso.

**FOTO 8 – ACESSO PRINCIPAL POR ESCADA**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 9 – ACESSO PRINCIPAL POR RAMPA**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 10 – ACESSO - INTERNO**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 11 – DETALHE DA RAMPA DE ACESSO PARA ÁREA EXTERNA**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 12** – DETALHE SINALIZAÇÃO PADRÃO DO CORRIMÃO SEM RELEVO DOS CARACTERES



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

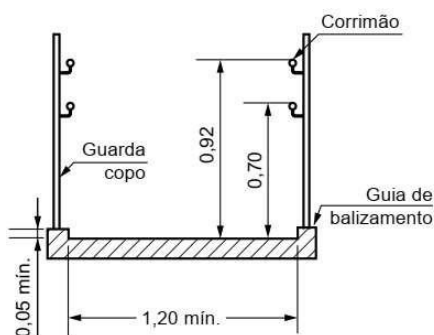


### 6.2.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – RAMPA:

Dimensionamento geral das rampas, conforme item seção 6.6 da NBR 9050/2021:

- Fica estabelecida a largura recomendável de 1,50, sendo admitido 1,20 e até 0,90 (m), para adaptações em edificações existentes;
- Inclinações e números de lances são dispostos nas tabelas de dimensionamento da NBR 9050/2021;
- Corrimãos e guarda corpos, conforme item 6.9 da NBR 9050/2021;
- Continuidade e ininterrupção dos corrimãos, e avanço de 0,30 (m) paralelamente em direção ao patamar em ambas as extremidades (sem prejudicar a circulação);
- Na ausência de paredes laterais, prever elementos de segurança, como guarda-corpos e guia de balizamento.

**Figura 12 – DETALHES GUIA DE BALIZAMENTO**



FONTE: NBR 9050/2021

Sinalização, conforme seção 5 da NBR 9050/2021.

- Os corrimãos devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento;
- Sinalização tátil e visual de alerta, no início e fim dos lances de escadas e rampas.



### **6.2.2 PARECER GERAL – RAMPA:**

As rampas de acesso e escadas existentes no local estão em desconformidade com a NBR 9050/2021. As correções das áreas deverão seguir conforme descritivo abaixo:

### **6.2.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – RAMPA:**

- Na escada de acesso a área externa, e na rampa e degrau de acesso a área interna, o avanço dos corrimãos não são paralelos ao patamar (ver fotos 10 a 12 e 16).
- As escadas e rampas não possuem guia de balizamento (ver fotos 10, 12 a 14, e 16).
- A sinalização tátil nos corrimãos é somente em braille, sendo que também deve ser prevista a sinalização em relevo dos caracteres, além disso, algumas placas se soltaram dos corrimãos (ver foto 15).
- Sinalizações visuais na escada e degrau de acesso se soltaram (ver foto 16).

### **6.3 ACESSO E CIRCULAÇÃO:**

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

O acesso e a circulação na edificação, não são garantidos por meio de rota acessível.

**FOTO 13 E 14 – PISO TÁTIL DIRECIONAVEL E PISO TÁTIL DE ALERTA EM DESCONFORMIDADE**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 15 E 16 – PISO TÁTIL DIRECIONAVEL E PISO TATIL DE ALERTA EM DESCONFORMIDADE**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 16 E 17 – PISO TÁTIL DIRECIONAVEL E PISO TÁTIL DE ALERTA EM DESCONFORMIDADE**



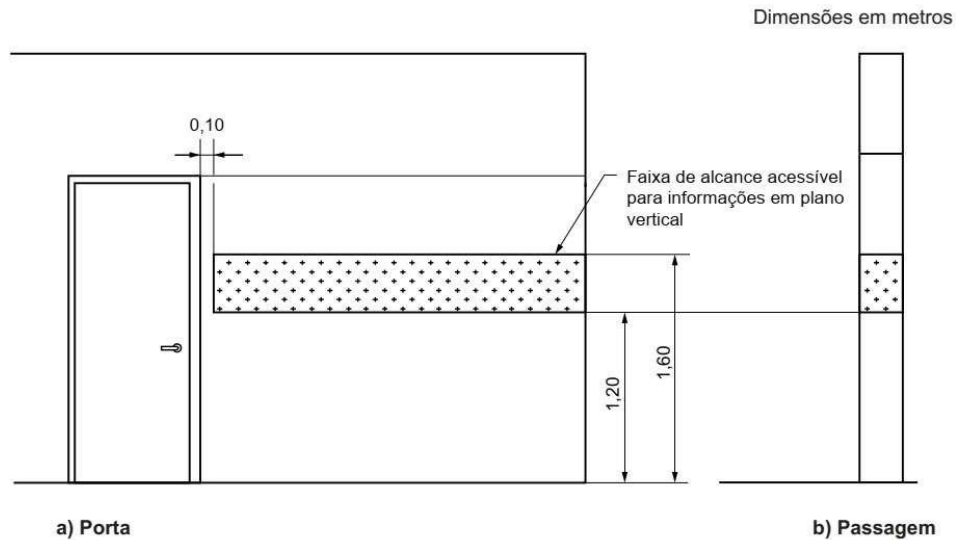
FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

### **6.3.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ACESSO E CIRCULAÇÃO.**

Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- Todas as entradas, bem como rotas de interligações as funções da edificação têm de ser acessíveis. Tendo a ressalva que na adaptação de edificações, na impossibilidade técnica de garantia de acessibilidade em todos os acessos, deve se garantir a acessibilidade pelo menos no acesso principal;
- Deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis;
- Sobre a circulação nas rotas acessíveis, observa se o disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021. Nestes itens são dispostas as exigências em relação ao tipo de circulação horizontal e vertical; e condições gerais em relação a revestimento, inclinação e desnível; entre outros;
- Em relação a circulação interna, também observa se o disposto no item 6.11 da NBR 9050/2021;
- São dispostas as exigências em relação a largura e dimensionamento de corredores e portas;
- Exigências quanto a sinalização, são dispostas no item 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2021;
- As portas e passagens devem possuir informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora, devendo ser sinalizadas com números e/ou letras e/ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo. Também são dispostos os detalhes em geral quanto a instalação destas sinalizações.

**FIGURA 13 – FAIXA DE SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL PARA PORTAS E PASSAGENS**



FONTE: NBR 9050/2021

- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

### 6.3.2 PARECER GERAL – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

A edificação analisada atende aos principais requisitos em relação a acesso e circulação, tais como, rotas acessíveis, transposições verticais, revestimentos, inclinações e desníveis; além de largura de corredores e portas. Ressalvando os itens a serem adequados conforme descritos neste Laudo.

Possui a sinalização de portas e passagens, quanto a sinalização informativa e direcional das entradas e saídas acessíveis, bem como, planos e mapas acessíveis, informamos que além da sinalização aplicada o edifício dispõe de acessibilidade receptiva.

### 6.3.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ACESSO CIRCULAÇÃO.

- Remoção de piso tátil direcional instalado que encontra-se em desconformidade com a NBR 9050/2021
- Remoção de piso tátil de alerta instalado na transposição de portas em desconformidade com a NBR 9050/2021.
- Adequação da sinalização de porta (na administração) instalada fora da faixa acessível (ver foto 21), conforme item 5.4.1 da NBR 9050/2021.
- Adequação da sinalização da porta do banheiro PNE, conforme item 5.4.1. Vero conteúdo da alínea (b) do referido item. *“Observamos que a sinalização, quando instalada nas portas, deve ser centralizada, e não pode conter informações táteis. Para complementar a informação instalada na porta, deve existir informação tátil ou sonora, na parede adjacente a ela ou no batente, conforme a Figura 59”*
- 

**FIGURA 14 – APLICAÇÃO E FORMAS DE INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO**

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa <sup>a</sup>			
		Emergência			
	Temporária	Direcional/ informativa			
		Emergência <sup>a</sup>			
Mobiliários	Permanente	Informativa <sup>a</sup>			
	Temporária	Informativa			
NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.					
<sup>a</sup> Apresenta duas formas de aplicação: linha superior ou linha inferior.					

FONTE: NBR 9050/2021

- Os elementos de sinalização essenciais devem ser instalados nos sanitários, banheiros, vestiários e acessos verticais;
- Adequação do piso tátil.



#### **6.4 SANITÁRIO P.C.R.:**

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual.

#### **6.4.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – SANITÁRIO P.C.R.:**

- Exigências quanto a localização, conforme item 7.4 da NBR 9050/2021;
- Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal;
- Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 7 da NBR 9050/2021;
- Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento;
- Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021;
- O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros;
- Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

#### **6.4.2 PARECER GERAL – SANITÁRIO P.C.R..**

A edificação atende ao requisito quanto ao número mínimo de banheiros. Possui um banheiro acessível, com acesso independente, as dimensões mínimas e posicionamento das peças estão em conformidade com o estabelecido em norma; assim como áreas de transferência e área de manobra.

Porém existe barra em desconformidade, bem como, altura de peças sanitárias que não atende o prescrito em norma, e ainda, existem elementos faltantes e outros desconformes.

**FOTO 18 – SANITÁRIO ACESSÍVEL – VISTA GERAL**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 19 – SANITÁRIO ACESSÍVEL – VISTA DA BACIA COM ALTURA ACIMA DA PERMITIDA**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 20 – SANITÁRIO ACESSÍVEL – ACIONAMENTO DA DESCARGA EM DESCONFORMIDADE**



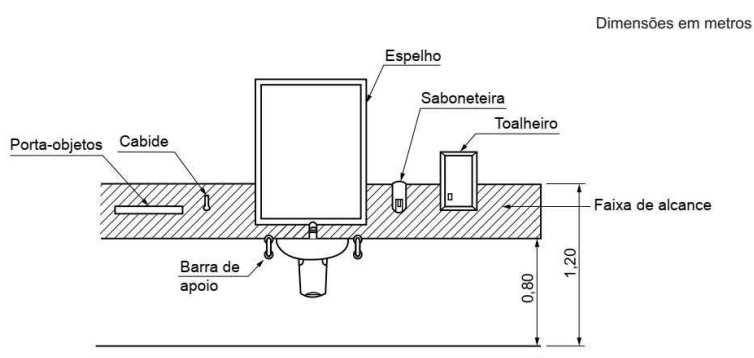
FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**6.4.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – SANITÁRIO P.C.R.:**

- Recomenda-se que, nos conjuntos de sanitários, seja instalada uma bacia infantil para uso por pessoas com baixa estatura e crianças;
- Incluir sinalização no acesso ao sanitário;
- A papeleira da bacia sanitária, quando de sobrepor, deve ser alinhada com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra;
- Deve ser instalado cabide junto ao lavatório, com altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado;

- Deve ser instalado um porta-objeto junto ao lavatório e a bacia sanitária, a uma altura entre 0,80m e 1,20m com profundidade máxima de 0,25m, em local que não interfira nas áreas de transferência, manobra e utilização das barras de apoio. O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasiva;
- Realizar instalações de acessórios, conforme figura 15;

**FIGURA 15 – FAIXA DE ALCANCE INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS**



FONTE: NBR 9050/2021

## 6.5 MOBILIÁRIO URBANO – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Proporcionando ao usuário segurança e autonomia de uso, assegurando dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário, ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso, bem como, não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado junto a uma rota acessível e ser sinalizado. Recomenda-se também que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo.

Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à P.C.R na proporção de pelo menos 1 %, para cada caso, do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas.

As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas.

Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As informações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesmas.

#### **8. ENCERAMENTO:**

Este Laudo é composto de 36 páginas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 25 de agosto de 2024.